



Bastonária exige contabilistas certificados na Administração Pública

PAULA FRANCO defende que as contas públicas sejam validadas por contabilistas certificados, como está previsto na lei mas não é cumprido. Se a situação não for corrigida, avança para a justiça.



DR

Bastonária da OCC, Paula Franco, falou no seminário de abertura da Pós-Graduação em SNC-AP promovido pelo IPCA

BARCELOS

| Marlene Cerqueira |

A bastonária do Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) defende que é urgente que as contas públicas sejam validadas por contabilistas certificados, algo que já está previsto na lei mas que não é cumprido. Paula Franco acredita que há condições para que a reivindicação se concretize ainda este ano, alertando que se tal não acontecer o assunto pode avançar para a justiça.

No seminário de abertura da 5.ª edição da Pós-Graduação em Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), ministrada pela Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), que decorreu ontem à tarde através de videoconferência, Paula Franco voltou a defender que devem ser os contabilistas certificados a assinar as contas das entidades públicas, como já acontece no privado.

Segundo a bastonária, “é vital” para a “transparência das contas públicas” que as mesmas sejam assinadas por contabilistas certificados inscritos na OCC. Paula Franco justificou que na esfera pública “há ainda mais exigência do que na privada”, pelo que é necessária “uma contabilidade ainda mais rigorosa para saber onde se gasta, quanto se gasta, onde se ganha e onde se perde”. Essa garantia “só pode ser dada” por contabilistas certificados para o efeito.

Aqui, Paula Franco deixou o elogio ao IPCA por novamente estar na linha da frente ao avançar com pós-graduações em SNC-AP.

A bastonária alertou que atualmente o Estado “não cumpre a lei”, uma vez que os estatutos da OCC estabelecem que a certificação de contas públicas e privadas deve ser feita por contabilistas certificados.

“É o próprio Estado que está a incumprir a lei”, acabando “por ser o prevaricador que criou um

regime paralelo, que não é legal e não cumpre os estatutos da OCC permitindo uma usurpação de funções por quem assina contas públicas sem ser contabilista certificado”.

Paula Franco mostra esperança que a situação se altere ainda em 2021, afirmando que a OCC está a trabalhar para que tal suceda. Se assim não suceder, “não está de parte a ideia de actuar pelos meios legais devido à usurpação de funções que está a ser exercida quando temos contas públicas assinadas por pessoas sem conhecimentos e sem competências para tal”. Na Administração Pública “deveríamos ser mais exigentes do que no privado, pois estamos a falar da coisa pública, daquilo que é de todos”, realçou.



Paula Franco lembrou que o IPCA tem estado na linha da frente na promoção da transparência das contas públicas, nomadamente quando avançou com o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, na altura por iniciativa de João Carvalho e do ex-bastonário Domingos Azevedo.

A exigência de haver contabilistas certificados na Administração Pública torna-se ainda mais evidente numa altura em que Portugal se prepara para receber um avultado volume de fundos comunitários. “Exige-se ainda mais transparência porque é de dinheiro público que estamos a falar”, venceu.